

TERMO DE REFERÊNCIA

PROFISSIONAL ARTÍSTICO, ART. 74, II, LEI 14.133/21

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência visa contratação de profissionais artísticos para se apresentar na tradicional festa do dia municipal do evangélico, no dia 01.11.2026 e na festa da padroeira dos Sítio Mata Redonda no dia 31.10.2026., conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento

2. ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 2.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) conforme custos unitários descritos na tabela abaixo.
- 2.2. Em atenção ao art. 2º, inciso I, da Resolução TC nº 319, de 13 de maio de 2026, do TCE-PE, o custo estimado acima discriminado, na tabela abaixo, o valor global da contratação artística segundo as seguintes categorias, quando aplicáveis: cachê principal; remuneração de equipe (músicos acompanhantes, backing vocals, dançarinos, técnicos de som e luz, assistentes de palco e produtores); logística e deslocamento (passagens, transporte terrestre, excesso de bagagem e traslados); hospedagem e alimentação; exigências técnicas de uso exclusivo do espetáculo; e tributos e encargos incidentes sobre a contratação.

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	contratação do profissional artístico MARCOS RODRIGUES para se apresentar na tradicional festa do dia municipal do evangélico, no dia 01.11.2026.	show	1	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Cultura e Turismo Quantidade: 1,00 Valor Total R\$ 50.000,00				
2	contratação do profissional artístico RONALDO NOGUEIRA para se apresentar na tradicional festa do Sítio Mata Redonda, no dia 31.10.2026.	show	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Cultura e Turismo Quantidade: 1,00 Valor Total R\$ 5.000,00				
3	contratação do profissional artístico LUCAS & MAURINHO para se apresentar na tradicional festa do Sítio Mata Redonda, no dia 31.10.2026	show	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
	QUANTIDADES POR ÓRGÃO PARTICIPANTE Secretaria de Cultura e Turismo Quantidade: 1,00 Valor Total R\$ 5.000,00				
Valor Total					R\$ 60.000,00

3. DA RAZÃO DE ESCOLHA DO CONTRATADO

- 3.1. Esta justificativa tem o propósito de demonstrar a viabilidade e a necessidade da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, dos profissionais artísticos **MARCOS RODRIGUES, RONALDO NOGUEIRA e LUCAS & MAURINHO**, conforme previsto no artigo 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Os artistas em questão são amplamente reconhecidos por suas singularidades e excelência artística, consagrados pela crítica especializada nacional.
- 3.2. **[MARCOS RODRIGUES, RONALDO NOGUEIRA e LUCAS & MAURINHO]** possuem trajetórias distintas e estilos inconfundíveis, que os distinguem de outros profissionais no campo artístico. A

singularidade dos artistas é reconhecida pela crítica especializada e pelo público em geral, o que justifica suas seleções para a apresentação proposta.

- 3.3. A consagração dos artistas é evidenciada pelos documentos que seguem anexos a este processo licitatório, estes documentos comprovam os estilos musicais a qualidade, a singularidade e a excepcionalidade do trabalho de **MARCOS RODRIGUES, RONALDO NOGUEIRA e LUCAS & MAURINHO**, consolidando suas posições como figuras de destaque no cenário artístico nacional.
- 3.4. Devido às características únicas e ao reconhecimento excepcional dos artistas **[MARCOS RODRIGUES, RONALDO NOGUEIRA e LUCAS & MAURINHO]**, não é possível estabelecer um processo de licitação competitivo. A natureza singular de seu trabalho impede a substituição por outro profissional sem perda significativa de qualidade e adequação ao propósito do evento que se pretende realizar.
- 3.5. A viabilidade da contratação direta pressupõe, quando o artista for representado por empresário, a comprovação de empresário exclusivo habitual, mediante contrato, declaração ou instrumento que ateste a representação permanente e contínua do profissional artístico no País ou em Estado específico, nos termos do art. 74, § 2º, da Lei nº 14.133/2021. É vedada a fundamentação da inexigibilidade em carta, atestado ou autorização de exclusividade restrita a este evento ou local específico, conforme jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (e.g. Acórdãos 3430/2015-2ª Câmara e 1435/2017-Plenário) e o art. 4º, inciso VIII, da Resolução TC nº 319/2026 do TCE-PE, que sujeita tal prática à fiscalização específica do controle externo.

4. DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO

- 4.1. Considerando a natureza única da contratação dos profissionais artísticos e a consequente impossibilidade de realizar um levantamento comparativo de preços com outros artistas, procedeu-se com uma pesquisa de preço diretamente junto ao próprio contratado. Este método foi adotado para estabelecer uma compreensão clara dos valores habitualmente praticados pelo artista em contratações anteriores.
- 4.2. Dada a singularidade do profissional escolhido e seu trabalho, que o tornam uma escolha específica e não substituível para o evento, a comparação de preços com outros artistas não se mostrou viável ou pertinente.
- 4.3. A pesquisa realizada concentrou-se em analisar as notas fiscais emitidas pelos artistas para outros contratantes, tanto públicos quanto privados, no período de até um ano anterior à data desta contratação. As notas fiscais anexas ao presente documento evidenciam que o preço proposto ao município, conforme detalhado no quadro acima, é consistente com os valores cobrados em contratos semelhantes.
- 4.4. No âmbito das contratações diretas por inexigibilidade, quando não for possível estimar o valor do objeto a ser executado, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, praticados pelo futuro contratado, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.
- 4.5. Em vista das informações coletadas e da metodologia aplicada, concluímos que o preço ofertado para a contratação do artista para este evento é justificado e está alinhado com os valores praticados no mercado para profissionais de sua estatura e reconhecimento.
- 4.6. A pesquisa de preços observa, ainda, os parâmetros de comparabilidade de mercado do art. 4º, § 2º, da Resolução TC nº 319/2026 do TCE-PE, verificando-se que o valor ora proposto não excede a média histórica de preços cobrados pelo próprio artista em contratações anteriores no período festivo equivalente, atualizada por índice oficial, tampouco se caracteriza como valor atípico (outlier) em relação ao universo das demais contratações artísticas realizadas no Estado de

Pernambuco

no

mesmo

período.

5. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A presente contratação fundamenta-se no disposto no inciso II, do artigo 74 da Lei 14.133/2021 que é a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- 5.2. A Prefeitura Municipal de São José do Belmonte enfrenta um problema significativo relacionado à insatisfação dos cidadãos devido à ausência de artistas regionais de sucesso nas festividades locais, como a festa do Evangélico e a festa do Sítio Mata Redonda. A percepção de desprestígio entre os moradores é crescente, uma vez que a programação atual não atende às expectativas culturais e de entretenimento da comunidade. Essa situação compromete o envolvimento e a participação popular nos eventos, que são momentos importantes de integração social e valorização cultural.

Os cidadãos de São José do Belmonte, principais beneficiários das festividades, percebem a falta de artistas reconhecidos como uma lacuna na oferta cultural da cidade. Isso afeta não apenas o prestígio do município, mas também a satisfação e o bem-estar da população, que busca em tais eventos uma oportunidade de lazer e celebração de suas tradições. Além disso, a presença de artistas regionais pode atrair visitantes de outras localidades, promovendo o turismo e movimentando a economia local.

Resolver esse problema é de interesse público, pois a contratação de artistas regionais renomados pode trazer diversos benefícios. Espera-se um aumento na participação popular nos eventos, o que fortalece o senso de comunidade e a identidade cultural local. Além disso, a valorização de artistas regionais pode estimular a economia criativa e gerar oportunidades de negócios para comerciantes e prestadores de serviços locais. A melhoria na qualidade dos eventos pode, ainda, elevar a reputação do município como um polo cultural, atraindo mais visitantes e, conseqüentemente, aumentando a arrecadação de receitas através do turismo.

6. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

- 6.1. A presente aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual referente ao exercício de 2026, sob o código 13.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. **Duração da Apresentação:** A duração total da performance deve ser de no mínimo 60 minutos sem intervalos.
 - 7.1.1. O período mínimo compreende tanto a performance principal quanto eventuais interações breves com o público, tais como saudações ou comentários entre as músicas ou atos.
 - 7.1.2. Quando a proposta aceita ofertar duração superior à mínima, prevalecerá o tempo ofertado, que será consignado expressamente no instrumento contratual.
 - 7.1.3. Não será admitida redução do tempo pactuado, salvo por caso fortuito, força maior ou determinação da organização do evento, circunstância que será registrada pelo fiscal do contrato no histórico de gerenciamento contratual.
- 7.2. **Repertório:** Poderá ocorrer acordo prévio sobre o repertório a ser apresentado, incluindo qualquer pedido específico de músicas ou peças.

- 7.3. **Chegada e Passagem de Som:** O contratado poderá estabelecer um horário para a chegada do artista e para a realização da passagem de som, garantindo que haja tempo suficiente para ajustes técnicos antes da apresentação.
- 7.4. **Equipamentos e Instrumentos:** A estrutura de palco, som e iluminação serão fornecidos pela Contratante, enquanto todos os instrumentos musicais deverão ser providenciados pela contratada para seus músicos.
- 7.5. **Qualidade Técnica:** Deverá existir um padrão de qualidade técnica para a performance, garantindo que a apresentação esteja de acordo com o esperado para um profissional de sua reputação.
- 7.6. **Direitos Autorais e de Imagem:** caberá ao CONTRATANTE, na qualidade de promotor do espetáculo, o recolhimento das taxas devidas ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) e a quaisquer outras entidades de gestão coletiva de direitos autorais, relativas às obras executadas durante a apresentação, nos termos do art. 68 da Lei nº 9.610/1998.
- 7.6.1. O contratado fornecerá ao CONTRATANTE, no prazo fixado no instrumento contratual, o roteiro musical completo (setlist), contendo a relação de todas as obras a serem executadas, com indicação de autores e intérpretes, a fim de viabilizar o recolhimento de que trata o item 7.6.
- 7.6.2. Eventuais alterações no roteiro musical deverão ser comunicadas pelo contratado com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de responder pelo recolhimento dos direitos autorais relativos às obras adicionais ou substitutas.
- 7.6.3. É de responsabilidade exclusiva do contratado o pagamento dos direitos conexos devidos aos músicos, bailarinos, atores e demais integrantes de sua equipe artística e técnica.
- 7.6.4. O contratado autoriza o CONTRATANTE a realizar registros fotográficos e audiovisuais da apresentação, exclusivamente para fins de divulgação institucional e prestação de contas, sem finalidade comercial, bem como a divulgar seu nome artístico e o material promocional previamente aprovado para comunicação do evento, vedada a cessão, o licenciamento ou a exploração comercial de sua imagem sem prévia e expressa autorização por escrito.
- 7.6.5. Em caso de ação judicial ou administrativa decorrente de violação de direitos autorais imputável ao contratado, este responderá integralmente pelos danos causados, sem qualquer solidariedade do CONTRATANTE.
- 7.7. **Cumprimento de Horários:** Os contratados deverão iniciar as suas apresentações em horário a ser determinado pelo contratante em até 24h antes do show, havendo desde já uma estimativa do horário, conforme item mais abaixo.
- 7.8. **Comunicação e Coordenação:** Manter uma comunicação clara e eficiente com a organização do evento, respondendo prontamente a qualquer solicitação ou necessidade de coordenação.
- 7.9. **Condições de Cancelamento e Alterações:** a apresentação somente poderá ser cancelada em caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados e aceitos pela outra parte, hipótese em que o contratado restituirá os valores eventualmente pagos de forma antecipada, atualizados monetariamente, no prazo de 10 (dez) dias contados da comunicação do cancelamento.
- 7.9.1. Alterações de data, horário ou local da apresentação dependerão de acordo prévio entre as partes, formalizado por termo aditivo.
- 7.9.2. O cancelamento por iniciativa do contratado fora das hipóteses do item 7.9 caracteriza inexecução contratual e sujeita-o às sanções do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e às penalidades previstas no instrumento contratual.
- 7.10. **Vedação à Promoção Pessoal:** É vedado ao contratado, durante a apresentação, realizar qualquer menção, saudação, elogio ou ato que caracterize promoção pessoal de autoridades, gestores ou servidores públicos, nos termos do art. 5º, §§ 2º e 3º, da Resolução TC nº 319/2026 do TCE-PE, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

8. DA VISTORIA

- 8.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

9. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

11. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- 11.1. Nos termos do art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123/2006, não se aplicam à presente contratação os benefícios previstos nos arts. 47 e 48 do mesmo diploma, por se tratar de contratação direta por inexigibilidade de licitação, fundada no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, na qual inexistente disputa entre licitantes.
- 11.2. A inaplicabilidade dos benefícios de que trata o item anterior não afasta o tratamento tributário diferenciado nem as demais prerrogativas legais de que gozem os contratados na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

12. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 12.1. O prazo de vigência da contratação é de sessenta dias contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA** na modalidade **INEXIGIBILIDADE**, com fundamento no art. 74, II da Lei Federal 14.133/2021..

Forma de execução

- 13.2. O serviço objeto será integralmente na data e local marcados para a apresentação.

14. PROPOSTA DE PREÇOS

- 14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer deslocamentos, hospedagens, alimentações, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado tanto do artista principal, bem como da banda e equipe técnica..

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 15.1. **DA HABILITAÇÃO JURÍDICA** A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme a natureza jurídica do contratado:

15.1.1. Pessoa Jurídica

- 15.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.1.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação

ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

- 15.1.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.1.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 15.1.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 15.1.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 15.1.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 15.1.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;
- 15.1.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.1.1. Pessoa Física

- 15.1.2.1. Cédula de Identidade (RG) ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com foto, válida em todo o território nacional;
- 15.1.2.2. Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), mediante apresentação do Comprovante de Situação Cadastral, emitido pela Receita Federal;
- 15.1.2.3. Comprovante de residência atualizado, emitido nos últimos 90 (noventa) dias;
- 15.1.2.4. Registro Profissional de Artista (DRT) expedido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, ou registro equivalente em entidade de classe reconhecida (ex.: Ordem dos Músicos do Brasil – OMB), quando exigível para o exercício da atividade artística.

- 15.2. **DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** a regularidade fiscal, social e trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme a natureza jurídica do contratado:

15.2.1. Disposições Comuns (Pessoa Jurídica e Pessoa Física)

- 15.2.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal, comprovando possuir situação

- cadastral ativa, ou, no caso de pessoa física, Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
- 15.2.1.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014;
- 15.2.1.3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do contratado, mediante Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal competente;
- 15.2.1.3.1. Caso o contratado seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 15.2.1.4. Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 62, §3º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 3º da Lei nº 12.440/2011;
- 15.2.1.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, quando o contratado for pessoa jurídica ou pessoa física equiparada a empregador;
- 15.2.1.6. Declaração, sob as penas da lei, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, quando o contratado for pessoa jurídica ou pessoa física equiparada a empregador;
- 15.2.2. Disposições Específicas para Pessoa Jurídica**
- 15.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou, caso o contratado não possua inscrição estadual por não ser contribuinte de ICMS, declaração formal nesse sentido;
- 15.2.2.1.1. Caso o contratado seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do contratado, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 15.2.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do contratado, mediante Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de

Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

15.2.3. Disposições Específicas para Pessoa Física

- 15.2.3.1. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio do contratado, mediante Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal competente;
- 15.2.3.2. Caso a contratação seja firmada com pessoa física que atue de forma autônoma sem empregados, fica dispensada a apresentação dos documentos previstos nos itens 15.2.1.5 (CRF/FGTS) e 15.2.1.6 (declaração de menor).

15.2.4. Cláusula de Adaptação

- 15.2.4.1. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidos neste item deverão ser adequados à natureza jurídica do contratado (pessoa física ou jurídica), dispensando-se aqueles incompatíveis com a condição do contratado, desde que justificadamente.
- 15.2.4.2. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, o contratado melhor classificado deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.

15.3. **DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, a habilitação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos, conforme a natureza jurídica do contratado:

- 15.3.1. **No caso de pessoa jurídica:** certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;

15.4. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, considerando que a presente contratação fundamenta-se no art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021, que exige a consagração do profissional do setor artístico pela crítica especializada ou pela opinião pública, a qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- 15.4.1. Portfólio artístico contendo os principais trabalhos realizados, que poderá ser apresentado em meio físico (álbuns, livretos) ou digital (links para plataformas de vídeo, áudio, redes sociais oficiais);
- 15.4.2. Comprovações de apresentações realizadas nos últimos 2 (dois) anos em eventos públicos ou privados, tais como contratos, notas fiscais, recibos, declarações de contratantes ou materiais de divulgação dos eventos;

- 15.4.3. Documentos que comprovem a consagração pela crítica especializada, tais como: matérias jornalísticas, reportagens, críticas publicadas em veículos de comunicação de reconhecida credibilidade, premiações, condecorações e honrarias recebidas;
- 15.4.4. Documentos que comprovem a consagração pela opinião pública, tais como: matérias em jornais, revistas, portais de notícias, entrevistas, participações em programas de rádio e televisão, alcance em redes sociais e plataformas digitais;
- 15.4.5. Declaração de empresário exclusivo, se for o caso, que comprove a representação do artista, nos termos do art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021.
- 15.4.6. Contrato, declaração ou instrumento equivalente de empresário exclusivo que comprove representação permanente e contínua do artista no País ou em Estado específico, sendo vedada, para fins de comprovação da inexigibilidade, a apresentação de carta, atestado ou autorização de exclusividade restrita a este evento ou local específico, nos termos do art. 74, § 2º, da Lei nº 14.133/2021

16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Local e Horário da Prestação dos Serviços

- 16.1. **Local:** SÍTIO MATA REDONDA
- 16.2. **Data:** 31 DE OUTUBRO DE 2026;
- 16.3. **Artista:** RONALDO NOGUEIRA
- 16.4. **Horário:** 22:00H
- 16.5. **Artista:** LUCAS & MAURINHO
- 16.6. **Horário:** 00:00H
- 16.7. **Local:** PÁTIO DE EVENTOS ANTÔNIO CARLOS GOMES DA CRUZ - CENTRO
- 16.8. **Data:** 01 DE NOVEMBRO DE 2026;
- 16.9. **Artista:** MARCOS RODRIGUES
- 16.10. **Horário:** 18:00H

Materiais a serem disponibilizados

- 16.11. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.
- 17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

- 17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 17.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 17.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração
- 17.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 17.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 17.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 17.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 17.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 17.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

- 17.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

- 17.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 17.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 17.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 17.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 17.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 17.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Belmonte deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

- 18.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 18.3. O registro contábil da despesa observará o subelemento 'Festividades e Homenagens', ou desdobramento correlato previsto em plano de contas específico, e a respectiva nota de empenho deverá conter, no campo destinado ao histórico, os dados exigidos pelo art. 6º e pelo Anexo I da Resolução TC nº 319/2026 do TCE-PE (data, hora, local, evento, duração, atração, número do processo e número do contrato), nos termos dos arts. 6º e 7º da referida Resolução

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 19.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega ou execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 19.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 19.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade executados e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 19.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 19.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 19.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 19.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

20. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

- 20.1. O pagamento será realizado em parcela única, após a execução do objeto, mediante apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente e o respectivo aceite do fiscal do contrato, observados os prazos de liquidação e pagamento previstos nos itens 20.3 e seguintes.
- 20.2. Excepcionalmente, quando a proposta do profissional do setor artístico ou de seu empresário exclusivo condicionar a realização da apresentação ao pagamento prévio, total ou parcial, do cachê, poderá ser admitida a antecipação, por representar condição indispensável à prestação do serviço, nos termos do art. 145, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.
 - 20.2.1. A antecipação dependerá, cumulativamente, de justificativa formal da unidade requisitante demonstrando a indispensabilidade à luz da proposta aceita, de autorização da autoridade competente e de previsão expressa do percentual, da forma e do prazo de pagamento na cláusula respectiva do contrato.
 - 20.2.2. A critério da autoridade competente, mediante decisão motivada, poderá ser exigida garantia adicional, na forma do art. 145, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, em uma das modalidades do art. 96 do mesmo diploma e em valor equivalente ao montante antecipado, liberada após o recebimento definitivo do objeto.
 - 20.2.3. O saldo remanescente será pago após a execução do objeto, na forma do item 20.1.
 - 20.2.4. Não executado o objeto no prazo contratual, o valor antecipado será integralmente devolvido, atualizado monetariamente, na forma do art. 145, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.
- 20.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.
- 20.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 20.4.1. o prazo de validade;
 - 20.4.2. a data da emissão;
 - 20.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 20.4.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 20.4.5. o valor a pagar; e
 - 20.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 20.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 20.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 20.7. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 20.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 20.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 20.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.
- 20.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.
- 20.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 20.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 20.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 20.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

São José do Belmonte - PE, 20 de Outubro de 2026

Caio Cacianno Menezes Neves Pereira
Secretário de Cultura e Turismo
008/2025

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Código: 6bb3ffe9-61f4-4309-a69d-6c6796fe918e

URL: <https://www.bid.startgov.com.br/validacao>

Lista de Assinaturas

Caio Cacianno Menezes Neves Pereira

CPF: 004.XXX.XXX-14

Tipo de assinatura: Assinatura Simples

Assinado em: 22/10/2026 18:34:27 (GMT-03:00)